

Desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo: estratégias e implicações no contexto da educação inclusiva

Fabiana Maria Barbosa de Sousa¹
Aluísio Wagner de Araújo Lopes²

RESUMO

O texto intitulado “Desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo: estratégias e implicações no contexto da educação inclusiva” aborda a inclusão da pessoa com deficiência com destaque para pessoa com surdez na escola comum ressaltando a luta por garantias sociais e mencionando marcos importantes, como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, (TAILÂNDIA,1990), a Declaração de Salamanca (ESPAÑA,1994) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, (NOVA YORK, 2006). Esses eventos ecoaram em documentos nacionais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), que protegem os direitos das pessoas com deficiência. Para explorar esse tema, recorreremos às contribuições das autoras Bezerra e Figueiredo (2010), Fernandes (2013) e Figueiredo (2010). Para inclusão da pessoa com surdez na escola comum, utilizamos as perspectivas dos autores Quadros (2006), Damásio e Alves (2007; 2016). Destacamos um relato de experiência de inclusão de uma aluna surda, na sala de aula comum, fornecendo uma visão mais tangível e pessoal sobre o assunto. Os resultados dessa experiência indicam que é possível incluir alunos com surdez na escola comum, desde que lhe sejam fornecidos os recursos necessários, espaços e ambientes linguísticos incluindo a comunicação e instrução por meio da Libras e a parceria entre o professor(a) de sala comum e o professor(a) do atendimento educacional especializado na construção de estratégias pedagógicas como possibilidades efetivas e favoráveis de registro do desenvolvimento e aprendizagem do aluno surdo.

Palavras-chave: Inclusão, Pessoa com surdez, Práticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão da pessoa com deficiência na escola regular foi marcada pela luta incansável dessas pessoas em busca da garantia de seus direitos fundamentais, essenciais para o desenvolvimento humano. Estes direitos são considerados inalienáveis, indispensáveis para todos que os institui como seres sociais, especialmente no que se refere à educação. A história

¹ Mestranda pelo Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal Do Ceará - CE, fbmsousa09@email.com; professora do Atendimento Educacional Especializado da prefeitura municipal de Fortaleza – CE. Professora formadora do Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Estado do Ceará - CREAECE.

² Doutor pelo Curso de Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie - SP, aluisiowlopes@gmail.com; Professor Formador do Centro de Referência em Educação e Atendimento Especializado do Ceará – CREAECE.

da pessoa com deficiência é “constituída de maus tratos, superstições, exclusões e de atitudes segregadoras” (Figueiredo 2010, p.250).

Essa trajetória foi escrita pela incessante luta por garantias sociais, que resultaram em diversas conquistas através de encontros, convenções mundiais, legislações e documentos nacionais. Estes documentos historicamente destacam a necessidade de assegurar os direitos humanos e sociais das pessoas com deficiência. Apesar dos avanços ao longo desse percurso, as pessoas com deficiência ainda continuam a serem vistas como incapazes de se integrarem plenamente na sociedade, muitas vezes relegadas a instituições ou salas de educação especial nas escolas regulares, de forma segregada.

É imperativo garantir direitos e oportunidades iguais para as pessoas com deficiência, e assim a luta persiste. Movimentos significativos aconteceram, como a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia (1990), a Declaração de Salamanca, Espanha (1994) e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Nova York (2006), da qual o Brasil tornou-se signatário em 2007, entre outros. Esses marcos legais asseguraram mais direitos sociais para as pessoas com deficiência e serviram de referência para a formulação e implementação da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015).

Esses documentos vieram para garantir e fortalecer a implementação da Educação Inclusiva, um movimento que demanda transformações sociais, institucionais e educacionais, visando efetivar a inclusão educacional de todos os alunos. Destacamos que a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) tem como principal objetivo promover o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (transtorno do espectro do autismo) e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns. Para alcançar esse objetivo, propõe-se o oferecimento do Atendimento Educacional Especializado, o qual é realizado preferencialmente na Sala de Recursos Multifuncionais, nas escolas regulares de ensino.

A inclusão não se resume apenas a superar desafios inerentes às questões de natureza educacional; ela provoca transformações profundas nas estruturas sociais, políticas e culturais. Ela remove barreiras e desafia preconceitos. Essas realizações são frutos de uma longa jornada de luta por uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todos são respeitados, independentemente de suas condições e necessidades específicas. Os direitos sociais são garantidos, incluindo o direito a uma educação comum para todos.

Uma das maiores vitórias sociais pode ser celebrada como a consolidação de uma escola inclusiva, que acolhe a todos, independentemente de sua condição social, física, intelectual ou sensorial. Isso é alcançado por meio da perspectiva de uma educação inclusiva para todos.

Para Bezerra; Figueiredo (2010), a dinâmica imprevisível da inclusão se revela quando alunos diversos compartilham seus cotidianos na escola, propiciando a manifestação de suas singularidades, o surgimento de conflitos e queixas, e gerando assim novas situações e, conseqüentemente, experiências potencialmente surpreendentes e enriquecedoras para todos.

Segundo as autoras, a Educação inclusiva oferece oportunidades para que os alunos evoluam e desenvolvam suas habilidades, demonstrando que todos têm plena capacidade de aprender quando suas particularidades são respeitadas. Essa interação entre os alunos baseada no respeito à diversidade, promove uma dinâmica no contexto escolar que abrange todos os aspectos e segmentos do processo de ensino-aprendizagem, resultando em uma aprendizagem significativa para todos os envolvidos.

De maneira geral, a inclusão depende da perspectiva que adotamos em relação à pessoa com deficiência, transcendendo a barreira da deficiência para reconhecer o potencial que todos possuem, ainda que esteja obscurecido pelo preconceito. Devido à falta de sensibilidade e conhecimento, muitas práticas pedagógicas excludentes persistem na sociedade, inclusive em diversos contextos escolares.

Nossa escola, Maria Bezerra Quevedo, é dedicada à promoção de uma cultura de inclusão. Contamos com ampla experiência em educação inclusiva, com diversas conquistas ao longo de nossa jornada. Nos esforçamos constantemente para manter e fortalecer nosso perfil de escola inclusiva, valorizando e respeitando as diferenças. Durante nossa trajetória na educação inclusiva, tivemos a oportunidade de trabalhar com crianças com outras deficiências. No entanto, não havíamos sido agraciados com o desafio de incluir um aluno com surdez.

Apesar de toda essa trajetória por uma educação inclusiva, a escola ainda não tem no seu projeto pedagógico uma abordagem educacional mais consistente por meio do bilinguismo. Utilização das duas línguas, oferta de um tradutor intérprete de língua de sinais que auxilie a inclusão da pessoa com surdez, ou ainda um professor que tenha conhecimento de LIBRAS.

A educação bilíngue é o ensino que envolve a Língua Portuguesa e a LIBRAS em um contexto de escola regular. Esse modelo desenvolve o ensino escolar tanto na Língua Portuguesa quanto na língua de sinais. Para alunos surdos, a Língua Portuguesa é ensinada

como segunda língua na modalidade escrita. Além disso, são disponibilizados serviços de tradutor/intérprete de LIBRAS e Língua Portuguesa, e a LIBRAS é ensinada aos demais alunos da escola (BRASIL, 2008).

No ano de 2023, fomos presenteados com uma aluna com surdez, que nunca tivera frequentado uma escola, sendo esse seu primeiro ano de vida escolar. Não usuária da LIBRAS, comunicando-se de forma gestual e emissão de alguns sons. Ficamos um pouco temerosos, visto que os conhecimentos sobre LIBRAS ainda eram incipientes, e conseqüentemente sobre a educação bilíngüe no ensino comum. Surgiram questionamentos, incertezas, de como contribuir para a aprendizagem dessa aluna, de forma inclusiva visando assegurar o seu direito ao conhecimento e lhe assegurar um ensino baseado no bilinguismo. Sua professora da sala de aula comum, já havia tido uma experiência de trabalhar com uma aluna surda e esse fato já atenuou em certo grau, nossos receios e incertezas de como iríamos desenvolver nossa comunicação e nosso planejamento pedagógico.

Para melhor inclusão dessa aluna tivemos vários momentos de interlocução com a professora de sala de aula comum acerca da educação da pessoa com Surdez, da perspectiva do bilinguismo, de trabalhar com a LIBRAS em contexto das práticas pedagógicas para a sala de aula comum.

A iniciativa de escrevermos sobre essa experiência, que consideramos exitosa com essa aluna, surgiu a partir da percepção dos avanços significativos apresentados pela aluna Lady, com surdez bilateral congênita³, no 1º ano do ensino fundamental e das estratégias e práticas pedagógicas utilizadas com essa aluna no contexto do AEE⁴ e da sala de aula comum, que fora bastante promissora e essencial para o desenvolvimento dessa estudante.

Um pouco da História de Lady

Optamos por este nome fictício porque ela se imagina como uma princesa, um sonho que expressou através de um desenho que fez para participar do concurso nacional de material

³ A deficiência auditiva bilateral congênita, também conhecida como surdez congênita, é uma condição que afeta a capacidade auditiva desde o nascimento em ambos os ouvidos.

⁴ Atendimento Educacional Especializado (AEE), É o serviço da Educação Especial tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008)

escolar da marca CIS. Ela foi uma das vencedoras do concurso e a única de nossa escola a obter tal reconhecimento.

Lady, tem 9 anos e foi matriculada no 1º do ensino fundamental, sendo esse o seu primeiro ano de vida escolar apresentando diagnóstico de perda auditiva profunda bilateral.

Sua família é composta por 8 irmãos, dividido em 5 homens e 3 mulheres, destes, 4 apresentam surdez e que segundo relatara sua irmã mais velha, ainda não há explicações médicas para a ocorrência dos casos de surdez, acrescentando ainda a informação da existência também de dois tios surdos na família.

Sua irmã relatou que Lady, no contexto familiar é bem alegre, comunica-se de forma gestual, ambas ainda não são usuárias da LIBRAS. Em relação aos outros irmãos surdos, a comunicação dá-se também por linguagem gestual e com alguns sinais em LIBRAS.

Iniciara o ano letivo apresentando comunicação pautada na linguagem gestual, leitura labial sem nenhuma apropriação do alfabeto em Libras ou Língua Portuguesa. Logo fora disponibilizado para sua sala de aula, o alfabeto em Libras com associação da Língua Portuguesa, com figuras e suas representações escritas, assim como também os números. Em pouco tempo, já conseguira escrever seu prenome, apresentou bom desenvolvimento de praxia motora fina, letra bastão e se apropriou também do alfa Libras. Desde então, a professora da sala de aula e da sala de recursos multifuncional (SRM), passaram a fazer uso da datilologia para comunicação no ensinar e na resolução de atividades propostas.

No seu segundo mês na escola, foi realizada uma avaliação na SRM. Durante essa avaliação, realizamos diversas atividades que contemplavam áreas como desenvolvimento cognitivo, raciocínio lógico, relacionamento interpessoal e desenvolvimento psicomotor. Além disso, fizemos contínuas observações no contexto da sala de aula regular, desenvolvendo interlocuções com as professoras da sala de aula comum.

Através do resultado dessas interlocuções e avaliações, foi percebido que a aluna apresentava um bom desenvolvimento cognitivo, sem dificuldades na associação de ideias, em analisar e sintetizar situações. No lógico matemático, sentiu dificuldades em ordenar formas e tamanhos, apresentou noções de quantidade e organização espacial.

Na língua escrita, já conseguia escrever seu prenome, e, encontrava-se em processo de entendimento da escrita, fazia uso de letras aleatórias para escrever, sem noção de quantidade

de letras para escrever palavras, leitura somente de imagens com respostas gestual ou com o uso da datilologia e com do alfabeto Libras em mãos para olhar e associar Libras/Língua Portuguesa.

Diante do exposto anteriormente, das especificidades da inclusão de uma pessoa com surdez na escola regular, por não termos em nossa escola uma abordagem pedagógica consistente pautada no bilinguismo e sem intérprete, constatamos que a problemática maior que a aluna enfrentava, do ponto de vista pedagógico, estava centrada nas práticas pedagógicas e na dificuldade no entendimento do processo de aprendizagem de uma pessoa com surdez. Mediante o exposto, concentramos em desenvolver estratégias pedagógicas com objetivos que minimizassem ao máximo as barreiras que estavam dificultando a inclusão e a aprendizagem da aluna.

OBJETIVOS:

- Apresentar possibilidades para a inclusão da aluna com surdez no contexto da escolar regular;
- Traçar estratégias e práticas pedagógicas para a inclusão da aluna ~~com surdez~~ no ensino comum;
- Promover maior autonomia e desenvolvimento de suas potencialidades culminando com sua aprendizagem no contexto de sala comum tornando-a protagonista do seu processo de ensino/aprendizagem;

DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA/DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

Apresentamos um conjunto de ações significativas que realizamos para que a aluna desenvolvesse sua autonomia na construção do conhecimento e aprendizagem. Observamos muitos avanços ao longo do ano letivo, graças a um conjunto de estratégias pedagógicas e ações promovidas pelas professoras nos contextos da sala de aula comum e da SRM. Destacamos, aquelas que mais contribuíram de forma significativa para que o processo de inclusão se configurasse como uma experiência realmente exitosa:

- Conhecimento acerca da inclusão da pessoa com surdez e suas particularidades;
- Disposição nos contextos da SRM e sala de aula comum, do alfabeto Libras com a devida correspondência em Língua Portuguesa, associando uma gravura com representação escrita e números;

- Disponibilização de várias imagens em LIBRAS na sala de aula comum, representando elementos de comunicação como calendários, mensagens de cordialidade, datas comemorativas, e a cada temática trabalhada em sala comum.
- Conhecimento das potencialidades, necessidades específicas e dificuldades da aluna;
- Sinalização dos espaços da escola em Libras, feitos com a aluna. Esses sinais foram trabalhados em sala de aula comum na coletividades com todos.
- Favorecimento da comunicação no ambiente escolar com utilização de sinais antes trabalhados na SRM em Libras e na modalidade escrita;
- O AEE na sala de aula regular para trabalhar atividades em Libras e Língua portuguesa;
- Sala de aula regular no AEE, para atividades em Libras através de histórias também em Libras, com todos os alunos;
- Aluna no AEE, para atividades de Libras; em Libras e modalidade escrita em Língua Portuguesa;
- Atividades avaliativas em sala de aula e no AEE, onde se trabalhava antecipadamente os sinais dos conteúdos curriculares e suas correspondências na modalidade escrita em Língua Portuguesa;
- A professora de sala de aula comum, por não ter uma apropriação consistente da Libras, faz uso da datilologia para comunicação ou resolução das atividades;
- Na sala de aula regular, utilização de gravuras ou situações de aprendizagem organizadas com ações concretas para que a aluna pudesse construir seus conceitos resultando em aprendizagens significativas.
- Participação da aluna em grupos ou nas rodas de conversas, envolvendo-a em todas as atividades propostas;
- Participação e trocas com todos os alunos, ou seja, no momento das atividades coletivas ou de jogos orientados e ainda brincadeiras espontâneas, a aluna participava ativamente;
- Nas atividades coletivas com temáticas ou projetos que fogem a rotina da sala, como exposição de pinturas, visitas a biblioteca, contação de estórias no pátio, dia D da Leitura, feira de ciências, apresentações de teatro, e outras, a aluna participou ativamente. Inclusive na feira de ciências apresentou em LIBRAS e linguagem gestual.
- Na semana da Inclusão, foi apresentada a peça “João e Maria”, em Libras, onde Lady, era uma das protagonistas.

No contexto do AEE, em que os atendimentos são comumente realizados no contraturno, conforme rege as diretrizes para a sala de SRM, seus familiares não a traziam, o que causava um dilema pela professora da SRM, visto que, requisitar a aluna no horário da aula regular, poderia causar perdas significativas na aprendizagem dela. Então fora pensado, atendimentos no coletivo, na sala de aula comum e na SRM, e quando possível, individualmente na SRM no horário da aula, de forma que contribuísse para a aprendizagem da aluna. Os atendimentos coletivos eram para o ensino de Libras e na modalidade escrita em Língua Portuguesa, já no individual era ofertado o AEE em Libras e na modalidade escrita em Língua Portuguesa.

Todas as atividades desenvolvidas nos contextos do AEE e sala de aula comum tinham como procedimento metodológico, a apresentação do sinal em Libras associado a correspondência em Língua Portuguesa. Primeiramente era avaliado o conhecimento e possibilidades de aprendizagem da aluna mediante a proposta metodológica de ensino.

Diante de todas essas estratégias e metodologias, percebeu-se grandes avanços da aluna, onde já apresenta um bom repertório de palavras em Libras com a correspondência em Língua Portuguesa na modalidade escrita. Apresenta consciência da relação palavra sinalizada com a escrita, associando ao desenvolvimento da escrita. Hoje (2024), ela se encontra na fase silábica da escrita e consegue realizar as atividades propostas para a sala de aula, identificando palavras no texto. Ressaltamos que todas as propostas curriculares trabalhadas em sala de aula são disponibilizadas para a aluna em imagens com os respectivos sinais em LIBRAS e em língua portuguesa.

INCLUSÃO DA PESSOA COM SURDEZ NO ENSINO REGULAR

A Educação Inclusiva, que contempla as pessoas com surdez no ensino comum, é um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos e valores humanos, que agrega infinitas possibilidades para essas pessoas, envolvendo em especial o acesso e a permanência no âmbito escolar com equidade (MANTOAN, 2003). Nessa perspectiva, o Brasil, na atualidade enfrenta um grande desafio de se organizar para se tornar um país que acolhe e respeita as diferenças humanas inerente a todas as pessoas, valorizando seus potenciais individuais e coletivos, relegando o caráter excludente, discriminatório e segregacionista, em especial, na escola de ensino regular público e privado que se organiza, ainda, incorretamente para potencializar a capacidade das pessoas com surdez. (ALVES, DAMÁZIO, 2010).

O conhecimento acerca da aprendizagem da pessoa com surdez faz-se necessário e essencial que as barreiras que dificultam a inclusão sejam superadas. Nesta perspectiva, o entendimento e a forma de comunicação do surdo na escola comum sejam compreendidos e respeitadas conforme suas singularidades linguísticas. Entendendo também que a comunicação que se estabelece com o surdo, seja por gestos ou uso da Libras, que é a língua materna dos surdos, seja de fato respeitada, principalmente no ambiente escolar através de práticas pedagógicas inclusivas que promovam sua aprendizagem.

Escrever sobre a inclusão da pessoa com surdez com a vivência que estamos tendo com a aluna Lady, tornou-se algo, embora ainda desafiador, mas principalmente, gratificante, pelo resultado positivo que a aluna está apresentando no contexto da escola regular, embora saibamos que o ideal seria desenvolver toda a nossa prática educacional pautada em uma abordagem por meio de uma educação de fato bilíngue que de fato supra as necessidades linguísticas, cognitivas e culturais do aluno surdo.

A educação bilíngue preconiza a Libras como língua de ensino, instrução, comunicação e interação, dentro e fora de sala de aula, e o português escrito, como língua de instrução, presentes nos materiais didáticos utilizados pelos alunos surdos no ambiente escolar. A Libras é ensinada como primeira língua e o português escrito ensinado como segunda língua, mediada pela Libras, de forma a atender às especificidades linguísticas dos alunos e a garantir que os processos educacionais respeitem a condição da pessoa surda e sua experiência visual como vetores de valorização de sua identidade e cultura e o efetivo direito linguístico dos surdos, Reis e Lima, (2022).

Outro ponto essencial para que a inclusão de fato aconteça é a compreensão de que a pessoa com surdez necessita de recursos visuais para compreender e construir seus conceitos e conhecimentos, principalmente quando está inserido em um contexto de escola regular que ainda não desenvolva uma proposta didática pedagógica pautada efetivamente numa educação bilíngue a partir dos marcos legais relativos ao direito à educação. É necessário reinventar as formas de conceber a escola e suas práticas pedagógicas, rompendo com os modos lineares de pensar e agir no que se refere à escolarização. O paradigma inclusivo não se coaduna com concepções que dicotomizam as pessoas com ou sem deficiência, pois os seres humanos se igualam na diferença, refletida nas relações, experiências e interações.

Para Alves e Damázio (2010), as pessoas com surdez não podem ser reduzidas à condição sensorial que apresentam desconsiderando as potencialidades que as integram a outros

processos perceptuais, enquanto seres de consciência, pensamento e linguagem. Figueiredo (2010), destaca que “Os sistemas de ensino devem se organizar para oferecer a todos os alunos, não somente o acesso e a permanência na escola, mas também, os serviços educacionais que forem necessários para garantir a aprendizagem escolar” (p. 55).

Corroboramos com Figueiredo (2010), quando destaca em sua fala que “o interior da sala de aula é o espaço pedagógico em que cada aluno se constitui em sujeito de aprendizagem que contribui efetivamente para elaboração de um saber que só tem sentido compartilhado por todos os membros da classe” (p.54).

Acreditamos e defendemos ser importante para que a inclusão se efetive com equidade é necessário “Levar em conta as características dos alunos respeitando o seu estilo de aprendizagem, ritmo, nível de desenvolvimento intelectual, características do cognitivo além de seu desenvolvimento afetivo-social” (Silveira; Figueiredo, 2010, p. 19).

Em consonância com o que fora colocado pelos teóricos, evidenciamos a importância do processo inclusivo para o desenvolvimento da aluna, o cuidado de tornar o espaço escolar em um ambiente bilíngue, comum para todos, desta forma acolhedor. Embora o aluno com surdez apresente suas especificidades, ele também faz parte desse espaço e tem o direito de ter oportunizado a aprendizagem. Conforme já fora apresentado nesse relato, a aluna Lady está fazendo parte desse contexto e de nossa experiência exitosa. O que é mais gratificante é constatarmos que a inclusão é uma missão para uma escola democrática, acessível e acolhedora, e, que é necessário buscar estratégias de inclusão para ofertar condições pedagógicas que valorizem a singularidade linguística e cultural do aluno surdo assegurando o direito de ser escolarizado e avaliado por meio da sua língua natural, a Libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aluno com surdez ainda enfrenta, em contexto de escola regular, barreiras para o ensino, que devem ser pautadas na educação ancorada na perspectiva do bilinguismo. É fundamental reconhecer e priorizar o potencial e a forma de aprendizagem que ele traz consigo. Destacamos com nossa experiência que trabalhando para criar um ambiente inclusivo e acolhedor, facilitando a comunicação e a interação, podemos realmente promover a autonomia e a aprendizagem significativa dos alunos surdos. Isso impulsiona uma melhor aquisição dos conteúdos escolares, garantindo que esses alunos tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento e sucesso.

A contribuição de cada teórico acerca inclusão da pessoa com surdez, em consonância com práticas pedagógicas inclusivas, configuram a experiência exitosa que estamos vivenciando em nossa escola, evidenciando que a inclusão desse público no contexto de escola regular é possível, mesmo que ainda sem uma proposta concreta pautada no bilinguismo, sem o apoio de um intérprete.

Diante da experiência pedagógica com a aluna, compreendemos que, nos processos de inclusão de pessoas com surdez, os princípios para sua inclusão versam sobre a construção de um modelo bilíngue de educação para surdos, que ainda se configura como uma tarefa complexa e desafiadora, visto envolver mudanças sociais e políticas. Nessa narrativa apresentada destacamos ser essencial possuir conhecimento sobre as particularidades linguísticas e culturais, assim como os processos de aprendizagem envolvidos, para que a inclusão aconteça de forma eficaz.

REFERÊNCIAS

- ALVEZ, C.B; FERREIRA, J.P; DAMÁZIO, M.M. **A Educação Especial na Perspectiva da Abordagem Bilíngue na Escolarização de Pessoas com Surdez**. Secretaria de Educação Especial-MEC. Universidade Federal do Ceará. Brasília: MEC/SEESP, 2010.
- BEZERRA, T. M. C. FIGUEIREDO, R. V. **Inclusão escolar: o aluno com deficiência na escola regular**. In: FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Escola, diferença e inclusão. Edições UFC, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de educação na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- BROCHADO, S. M. D. **A apropriação da escrita por crianças surdas usuárias da língua de sinais brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho. São Paulo: UNESP, 2003.
- DAMAZIO, M, F, M.; FERREIRA, J. **Educação de pessoas com surdez-atendimento educacional especializado em construção**. Revista Inclusão. Brasília: MEC/SEESP, v.6,2010.
- FIGUEIREDO, R. V.; BONETI L. W ; POULIN J. R **Novas luzes sobre a inclusão escolar**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- REIS, F; LIMA, M. D. **Educação Bilíngue De Surdos Na LDB: Uma Nova Conquista Do Movimento Surdo**. Campinas , v. 24, n. 4, p. 761-780, out. 2022 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167625922022000400761&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 maio 2024.
- SILVEIRA, S. M. P; FIGUEIREDO, R. V. **A educação interativa, a cooperação e o ensino de atenção às diferenças**. In: Escola, diferença e inclusão. FIGUEIREDO, Rita Vieira de. Edições UFC, p., 11-21, 2010.